

da para trinta e três (33) hipóteses de crimes militares, em tempo de guerra (arts. 55, letra a; 56; 355; 356; 357; 358; 359; 360; 361; 362; 364; 365; 366; 368; 371; 372; 375, parágrafo único; 378; 379, § 1º; 383; 384; 385; 386; 387; 389; 390; 392; 394; 395; 396; 400, n. III; 401; 405; 406 e 408, parágrafo único, letra b, do Código Penal Militar). Ao desdobrar o mapa mundi de tal sanção penal, pode-se estimar em quarenta (40) o número de Estados, que a suprimiram, no todo ou em parte. Sobre a mais de cento e cinquenta (150) o dos que dela dispõem (Anistia Internacional, "Informe - 1981", Barcelona, s/e, 1982). Assim, e por exemplo, a conservam Cuba, Haiti, Trindade, Peru e Chile, Espanha, República Democrática Alemã, Polônia, Romênia, Bulgária e União Soviética, Turquia, Síria, Iraque, Jordânia, Israel, Arábia Saudita e Irã, Afeganistão, Índia e China, Argélia, Líbia, Egito, Mali, Chad, Sudão, Etiópia, Zaire e República Sul Africana. Ainda, são elucidando, eliminaram-na ao menos para os delitos comuns, Venezuela, Colômbia e Bolívia, Portugal, Itália, Suíça, República Federal Alemã, Áustria, Noruega, Suécia e Finlândia, Angola e Moçambique (conf. Daniel Sueiros. "El arte de matar", Madrid, Alfaguara, 1968, p. 32). A Bélgica invalidou-a, de fato, posto que não a aplica desde 1918. A abolição da pena de morte, na Inglaterra, data de 19 de dezembro de 1969. Já a Assembleia Nacional Francesa, a 18 de setembro de 1981, aprovou projeto de lei, oriundo do Governo, extinguindo-a. Aguarda-se entretanto, a reforma do Código Penal Francês (conf. Maria do Barbero Santos. "Derecho a la vida y pena de muerte", conferência, texto não publicado). Nos Estados Unidos da América, algumas unidades federadas surgem abolicionistas, outras mantêm a mencionada sanção, cuja legalidade a Suprema Corte, em várias ocasiões, declarou (v.g. em 1972 e 1976). A cada vez, contudo, em que alguém é executado, ergue-se acesa polêmica sobre a utilidade da morte, como dissuasor (v. Graham Hughes. "Pena de morte - um crime sem justificativa", in o Estado de S. Paulo 13 de janeiro de 1980). Em alguns Estados, onde a privação da vida, de modo invertido, emerge qual castigo, pelo cometimento de determinados delitos, imagina-se, agora, a possibilidade de suspensão condicional da execução, para amenizá-la.

04. O esboço de panorama estatal tem conduzido certos juristas a enxergar correlação política necessária entre o máximo castigo e a ausência de efetiva democracia. Tal posicionamento surge exagerado, inobstante a sanção morte aflorar, nos regimes autoritários, com frequência. Melhor fora admitir a existência de demarcada tendência, para a inadmissão da referida pena, nos países democráticos. Tendência, porém, não é destino (conf. Giuseppe Bettiol. "Sulla pena di morte", in "Pena de Morte - colóquio", Coimbra, Fac. de Dir. da Univers., s/d, v. II, p. 31-40). 05. Quando se pergunta sobre dever, ou não, se reintroduzir a pena capital para os crimes comuns, na lei penal brasileira, inexistiu uma única resposta a ouvir. Aguardam-se soluções de várias áreas: a) o historiador analisaria os acontecimentos próximos e remotos, que envolveram o instituto entre nós; b) o sociólogo examinaria a força e o efeito social da aludida pena; c) o economista manifestar-se-ia sobre sua eficiência estatística; d) o criminólogo buscaria interpretar, amplamente, as condutas delitivas, conotando-as com a sanção maior; e) o religioso haveria de questionar, se é ela, ou não, ato de menosprezo à vida humana; f) o filósofo a investigar, no plano lógico e ontológico. Somadas tais opiniões, bem como todas as intermináveis e seculares controvérsias, caberia, então, ao jurista, dizer-lhe da conveniência, da oportunidade, em face do momento atual do Brasil. Conservar, ou não, portanto, a tendência abolicionista, dentro do mencionado bloco dos países, praticantes da democracia. A escolha da adoção da pena de morte torna-se, pois, de natureza político-criminal, dependente, inclusive, de emenda à Constituição (art. 153, § 11). 06. as duas (02) Comissões Ministeriais, fatora e revisora, que trabalharam sobre a lei modificativa da Parte Geral do Código Penal, como sabemos de raiz, não se juntaram às correntes retributivas. Em nenhum instante aceitaram a pretensa "ideologia da ordem pública a qualquer preço". Não procuraram, também, fazer prevalecer o elemento prevenção. Escutaram elas a todos e, ousado dizer, meditando sobre a pessoa humana, procuraram a tutela dos direitos da sociedade, da vítima e do infrator, ao projetar sistema sancionatório penal repressivo-preventivo, mas de amplo espectro democrático. Recusaram a reintrodução da pena capital, o que se deve reafirmar, nesta hora. E, pois, de meu parecer que se aguarde, assim a manifestação das Casas do Congresso, sobre o "Projeto de Lei, modificativo da Parte Geral do Código Penal", para se ver quanto seus autores foram fiéis à vontade nacional, no tocante à pena de morte." Iniciando a apresentação dos relatórios de grupo sobre o Planejamento de Atividades - CNPP-83, o Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, relator do grupo relativo aos itens "b e n" do mencionado Planejamento expôs as emendas propostas ao Anteprojeto de Estatuto Padrão do Pessoal Penitenciário e sugeriu que fosse encaminhado cópias de todo o conteúdo aos Senhores Conselheiros, para estudo e posterior discussão. A sugestão em apreço foi acolhida e, após, o Senhor Presidente facultou ao Plenário a colocação de assuntos extra-pauta.

19) Pelo Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO foi solicitado que realçasse o mérito do relatório apresentado pelo Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA,

quando de sua visita aos estabelecimentos prisionais da Argentina, atendendo a convite do Cônsul-Geral daquele país. O conteúdo desse relatório enfoca a história do desenvolvimento daquele Sistema Penitenciário, bem como o estágio adiantado em que se encontram na formação do pessoal penitenciário e conseqüente tratamento à clientela prisional do país em evidência. Com especial referência destacou a "Carcel de Encausados de la Capital Federal" localizado no centro de Buenos Aires destinado exclusivamente a presos que estão respondendo a processo na Justiça Criminal. Ali funciona ainda um pequeno hospital, o "Centro de Observación e Clasificación", Ginásio de Esportes e um Centro de Recuperação para Tóxicômanos.

29) Pelo Senhor Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS foi dito que participou de reunião da CPI do Estado do Rio de Janeiro que investiga o Sistema Penitenciário daquele Estado, oportunidade em que deixou gravado as Regras Mínimas de Execução Penal, elaboradas neste Conselho, prestando ainda, esclarecimentos atinentes à nova filosofia da execução da pena. Ao final informou que aquela CPI enviava cumprimentos ao CNPP. 39) Pelo Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, foi comunicado que a A.O.B do Brasil, Seccional do Estado de Pernambuco criou uma Sub-Seção incumbida do resguardo dos direitos humanos na área penitenciária. A escolha dos advogados e professores de direito, para compor aquela Sub-Seção, obedeceu, fielmente aos critérios que ditam a composição de órgãos de tal natureza. Solicitou à Presidência que fosse remetido à Seccional em referência, expediente de cumprimentos, no que, foi plenamente acolhido. 49) Pelo Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA foi transmitido cumprimentos ao Professor EDMUNDO OLIVEIRA, docente da Universidade Federal do Pará, pela obra de sua autoria, recentemente editada e intitulada, "PÓLOS ESSENCIAIS DA CRIMINOLOGIA: O HOMEM E SEU CRIME". 59) Pelo Senhor Conselheiro HEBER SOARES VARGAS foi solicitado que se encaminhasse expediente ao Exmo. Senhor Ministro da Justiça, transmitindo votos de louvor ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, Diretor-Geral do DEPEN, por sua magnífica atuação à frente daquele Departamento. Manifestação esta, acolhida por aclamação no CNPP. A Professora ESTHER KOISOVSKI docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e, autora da obra "IMAGENS DO CÂRCERE", tradutora do exemplar "DA REAÇÃO SOCIAL, de Lola Anyar de Castro" e ainda responsável pelos acréscimos nele contidos, o Senhor Presidente transmite agradecimentos pelo lembrança da remessa e declina que o conteúdo enfocado em ambos os trabalhos, enriquecem sobretudo a bibliografia específica e correlata da área. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão. Merecendo a aprovação a presente ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária - Executiva - CNPP

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 154, DE 28 DE JUNHO DE 1983

Dispõe sobre a tributação dos ganhos obtidos por pessoas físicas e jurídicas em operações financeiras com títulos de renda fixa.

O Ministro de Estado DA

FAZENDA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 39 do Decreto-lei nº 1.494, de 7 de dezembro de 1976, e no Decreto-lei número 2.027, de 9 de junho de 1983, RESOLVE:

1. Estão sujeitos à incidência do imposto de renda de que tratam os artigos 39 e 19 dos Decretos-leis nºs 1.494, de 7 de dezembro de 1976, e 2.027, de 9 de junho de 1983, os ganhos auferidos em operações a preços fixos previstas no Regulamento aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, em 9 de abril de 1976, e modificações posteriores, quando realizadas por pessoas jurídicas não-financeiras ou pessoas físicas, a prazo inferior a 90 (noventa) dias.

1.1 - São equiparadas às operações a preços fixos, para os efeitos deste item, as operações de compra de quaisquer títulos de renda